

EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E CIDADANIA: A ALFABETIZAÇÃO NA EJA COMO DIREITO SOCIAL

EDUCATION, INCLUSION AND CITIZENSHIP: LITERACY IN YOUTH AND ADULT EDUCATION AS A SOCIAL RIGHT

EDUCACIÓN, INCLUSIÓN Y CIUDADANÍA: LA ALFABETIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS COMO DERECHO SOCIAL

Maria de Fátima Calógeras Dutra¹

Andréa Carla de Lima Melo²

Rozineide Iraci Pereira da Silva³

RESUMO: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma importante modalidade de ensino destinada à garantia do direito à educação para sujeitos que, por diferentes fatores sociais, econômicos e culturais, não tiveram acesso ou continuidade dos estudos na idade regular. Nesse contexto, a alfabetização assume papel fundamental na promoção da inclusão social, da cidadania e da emancipação dos educandos, ultrapassando a mera aprendizagem técnica da leitura e da escrita. O presente artigo tem como objetivo analisar a alfabetização na Educação de Jovens e Adultos como instrumento de inclusão social, formação cidadã e efetivação do direito à educação. A pesquisa caracteriza-se por abordagem qualitativa, de caráter exploratório, bibliográfico e de campo, desenvolvida em uma escola pública municipal localizada em São Lourenço da Mata, Pernambuco. Os procedimentos metodológicos envolveram revisão bibliográfica, análise documental, observação em sala de aula, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionário junto a estudantes da EJA. A análise foi realizada de forma qualitativa, buscando identificar elementos relacionados às trajetórias escolares, aos desafios de permanência, às práticas pedagógicas e aos significados atribuídos pelos estudantes ao processo de alfabetização. Os resultados evidenciam que a alfabetização na EJA contribui para o fortalecimento da autonomia, da autoestima, da participação social e da ampliação das oportunidades educacionais e profissionais. O estudo também aponta desafios persistentes, como evasão escolar, desigualdades sociais, cansaço após a jornada de trabalho, dificuldades de permanência e necessidade de práticas pedagógicas mais inclusivas, dialógicas e contextualizadas. Conclui-se que a alfabetização na EJA representa um instrumento de transformação social e de garantia de direitos, sendo fundamental para a construção de uma educação democrática, humanizadora e voltada à cidadania.

1

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Alfabetização. Inclusão Social. Cidadania. Direito à Educação.

¹Doutoranda pela Christian Business School (CBS); Professora da Rede Municipal de São Lourenço da Mata (PE), lotada no Colégio Municipal Ministro Apolônio Sales, atuando na Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Fase 1; Gestora da Escola Profissionalizante Dona Olegarinha, Prefeitura da Cidade do Recife (PE), Brasil.

²Doutoranda pela Christian Business School (CBS); Professora da Rede Municipal de São Lourenço da Mata (PE), lotada no Colégio Municipal Ministro Apolônio Sales, atuando na Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Fase 2; Vice-gestora da Escola Profissionalizante Dona Olegarinha, Prefeitura da Cidade do Recife (PE), Brasil.

³ Professora do Ensino Superior e Orientadora na Christian Business School (CBS). Ph.D. em Ciências da Educação; Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Psicopedagoga; Pedagoga; Analista do Comportamento Aplicada; Especialista em Escrita Acadêmica Avançada.

ABSTRACT: Youth and Adult Education is an important educational modality aimed at guaranteeing the right to education for people who, due to different social, economic and cultural factors, did not have access to schooling or were unable to continue their studies at the expected age. In this context, literacy plays a fundamental role in promoting social inclusion, citizenship and emancipation, going beyond the mere technical learning of reading and writing. This article aims to analyze literacy in Youth and Adult Education as an instrument of social inclusion, citizenship formation and realization of the right to education. The research is characterized by a qualitative, exploratory, bibliographic and field approach, developed in a municipal public school located in São Lourenço da Mata, Pernambuco, Brazil. The methodological procedures included bibliographic review, documentary analysis, classroom observation, semi-structured interviews and a questionnaire applied to Youth and Adult Education students. The analysis was conducted qualitatively, seeking to identify elements related to school trajectories, challenges of permanence, pedagogical practices and the meanings attributed by students to the literacy process. The results show that literacy in Youth and Adult Education contributes to strengthening autonomy, self-esteem, social participation and the expansion of educational and professional opportunities. The study also points to persistent challenges, such as school dropout, social inequalities, fatigue after the workday, difficulties in remaining at school and the need for more inclusive, dialogical and contextualized pedagogical practices. It is concluded that literacy in Youth and Adult Education represents an instrument of social transformation and guarantee of rights, being fundamental for the construction of a democratic, humanizing education focused on citizenship.

Keywords: Youth and Adult Education. Literacy. Social Inclusion. Citizenship. Right to Education.

RESUMEN: La Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) constituye una importante modalidad de enseñanza destinada a garantizar el derecho a la educación de sujetos que, por diferentes factores sociales, económicos y culturales, no tuvieron acceso o continuidad de los estudios en la edad regular. En este contexto, la alfabetización asume un papel fundamental en la promoción de la inclusión social, la ciudadanía y la emancipación de los educandos, superando el mero aprendizaje técnico de la lectura y la escritura. El presente artículo tiene como objetivo analizar la alfabetización en la Educación de Jóvenes y Adultos como instrumento de inclusión social, formación ciudadana y efectivización del derecho a la educación. La investigación se caracteriza por un enfoque cualitativo, de carácter exploratorio, bibliográfico y de campo, desarrollada en una escuela pública municipal ubicada en São Lourenço da Mata, Pernambuco, Brasil. Los procedimientos metodológicos incluyeron revisión bibliográfica, análisis documental, observación en el aula, entrevistas semiestructuradas y aplicación de cuestionario a estudiantes de la EJA. El análisis se realizó de forma cualitativa, buscando identificar elementos relacionados con las trayectorias escolares, los desafíos de permanencia, las prácticas pedagógicas y los significados atribuidos por los estudiantes al proceso de alfabetización. Los resultados evidencian que la alfabetización en la EJA contribuye al fortalecimiento de la autonomía, la autoestima, la participación social y la ampliación de las oportunidades educativas y profesionales. El estudio también señala desafíos persistentes, como la evasión escolar, las desigualdades sociales, el cansancio después de la jornada laboral, las dificultades de permanencia y la necesidad de prácticas pedagógicas más inclusivas, dialógicas y contextualizadas. Se concluye que la alfabetización en la EJA representa un instrumento de transformación social y de garantía de derechos, siendo fundamental para la construcción de una educación democrática, humanizadora y orientada a la ciudadanía.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Alfabetización. Inclusión Social. Ciudadanía. Derecho a la Educación.

INTRODUÇÃO

A educação constitui um direito fundamental, assegurado pela Constituição Federal de 1988, e representa uma condição essencial para a promoção da cidadania, da inclusão social e do desenvolvimento humano. Apesar desse reconhecimento legal, a história educacional brasileira foi marcada por profundas desigualdades, que impediram milhares de jovens, adultos e idosos de acessar a escola ou de permanecer nela durante a infância e a adolescência. Questões como pobreza, trabalho precoce, responsabilidades familiares, distância da escola, discriminação social e ausência de políticas públicas efetivas contribuíram para a interrupção de trajetórias escolares e para a permanência do analfabetismo em diferentes contextos sociais.

Nesse cenário, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) assume papel relevante como modalidade da educação básica destinada aos sujeitos que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos na idade considerada regular. A EJA não deve ser compreendida apenas como uma oportunidade tardia de escolarização, mas como direito social, política pública de reparação histórica e espaço de valorização dos saberes construídos ao longo da vida. Por isso, pensar a alfabetização na EJA exige considerar as histórias, experiências, necessidades e expectativas dos educandos que retornam à escola em busca de autonomia, reconhecimento e participação social.

A alfabetização, nesse contexto, ultrapassa a aprendizagem mecânica do código escrito. Aprender a ler e escrever representa, para muitos estudantes da EJA, a possibilidade de assinar documentos com segurança, ler uma receita médica, compreender uma mensagem no celular, acompanhar a vida escolar dos filhos ou netos, participar de processos seletivos, acessar serviços públicos e exercer direitos cotidianos com maior independência. Assim, a alfabetização relaciona-se diretamente à dignidade humana, à cidadania e à inclusão social.

De acordo com Freire (1987), a alfabetização precisa estar vinculada à leitura crítica do mundo, pois o processo educativo deve possibilitar aos sujeitos compreenderem a realidade em que vivem e atuarem sobre ela. Nessa perspectiva, alfabetizar não significa apenas ensinar letras, sílabas e palavras, mas promover práticas pedagógicas dialógicas, contextualizadas e comprometidas com a emancipação dos educandos. A escola, nesse sentido, deve reconhecer os estudantes da EJA como sujeitos de história, de cultura e de direitos.

As discussões sobre alfabetização também se articulam ao conceito de letramento, compreendido como o uso social da leitura e da escrita nas práticas cotidianas. Para Soares (2003), alfabetização e letramento são processos distintos, porém indissociáveis, pois a aquisição do sistema de escrita precisa ocorrer de maneira relacionada às práticas sociais de leitura e

escrita. Na EJA, essa articulação é fundamental, uma vez que os estudantes trazem conhecimentos construídos no trabalho, na família, na religião, na comunidade e em outras experiências de vida.

Embora a legislação brasileira reconheça o direito à educação para jovens e adultos, muitos desafios ainda persistem nessa modalidade de ensino. Entre eles, destacam-se a evasão escolar, a baixa autoestima de estudantes que tiveram experiências anteriores de fracasso escolar, as dificuldades de conciliar estudo, trabalho e família, a ausência de materiais didáticos adequados, a necessidade de formação continuada dos professores e a insuficiência de políticas de permanência. Tais aspectos evidenciam que garantir matrícula não é suficiente; é necessário assegurar condições reais de aprendizagem e continuidade dos estudos.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a alfabetização na Educação de Jovens e Adultos como instrumento de inclusão social, formação cidadã e efetivação do direito à educação. Busca-se refletir sobre os fundamentos legais e teóricos da EJA, compreender os sentidos atribuídos pelos estudantes ao processo de alfabetização e discutir os desafios e possibilidades das práticas pedagógicas desenvolvidas nesse campo. A pesquisa parte da compreensão de que a alfabetização na EJA constitui uma prática social, política e pedagógica capaz de contribuir para a transformação de trajetórias marcadas pela exclusão educacional.

4

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O DIREITO À EDUCAÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos representa uma modalidade da educação básica voltada aos sujeitos que não tiveram acesso à escola ou que não concluíram seus estudos na idade regular. Seu fundamento está diretamente relacionado ao direito à educação e à necessidade de enfrentar desigualdades historicamente produzidas no Brasil. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, também reconhece a EJA como modalidade destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (BRASIL, 1996). Esse reconhecimento legal fortalece a compreensão de que a escolarização de jovens e adultos não é favor, compensação

eventual ou ação assistencialista, mas direito público subjetivo e responsabilidade do poder público.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos reforçam que essa modalidade deve considerar as características próprias dos estudantes, suas condições de vida e trabalho, seus saberes e suas experiências sociais. O Parecer CNE/CEB nº 11/2000 destaca a função reparadora, equalizadora e qualificadora da EJA, compreendendo-a como política educacional voltada à superação de desigualdades e à ampliação da participação social (BRASIL, 2000a).

Para Arroyo (2017), os sujeitos da EJA carregam trajetórias marcadas por exclusões, negação de direitos e precarização das condições de vida. São trabalhadores, mulheres, mães, pais, jovens, idosos e pessoas que retornam à escola carregando expectativas, medos, saberes e histórias que precisam ser reconhecidos no processo educativo. Nesse sentido, a EJA não pode reproduzir modelos escolares rígidos e infantilizados, pois seu público possui experiências e necessidades específicas.

Haddad e Di Pierro (2000) ressaltam que a escolarização de jovens e adultos no Brasil historicamente oscilou entre campanhas emergenciais e políticas descontínuas. Essa descontinuidade comprometeu a consolidação de ações permanentes e estruturadas para a garantia do direito à educação. Por isso, pensar a alfabetização na EJA implica também discutir políticas públicas, financiamento, formação docente e condições concretas de acesso e permanência.

Dessa forma, a EJA deve ser compreendida como espaço de democratização do conhecimento e de reconstrução de trajetórias educacionais. A alfabetização, nesse processo, assume dimensão social e política, pois possibilita aos estudantes ampliarem sua autonomia, participarem mais ativamente da vida comunitária e acessarem direitos que muitas vezes lhes foram historicamente negados.

2.2 ALFABETIZAÇÃO NA EJA: INCLUSÃO E EMANCIPAÇÃO SOCIAL

A alfabetização na Educação de Jovens e Adultos possui especificidades que a diferenciam da alfabetização infantil. Jovens, adultos e idosos não chegam à escola como sujeitos vazios de conhecimento; ao contrário, trazem experiências de trabalho, de família, de participação comunitária e de enfrentamento de desafios cotidianos. Esses saberes precisam ser

reconhecidos como ponto de partida para a aprendizagem, evitando práticas pedagógicas infantilizadas ou descontextualizadas.

Na perspectiva freireana, alfabetizar é um ato político e humano. Para Freire (1987), a leitura da palavra não pode ser separada da leitura do mundo, pois o processo de alfabetização deve favorecer a conscientização e a compreensão crítica da realidade. Essa concepção rompe com a ideia de alfabetização como simples memorização de letras e sílabas, defendendo uma prática educativa fundamentada no diálogo, na problematização e na valorização da cultura dos educandos.

A alfabetização na EJA também se relaciona à autoestima e à identidade dos estudantes. Muitos educandos chegam à escola após vivenciarem situações de vergonha, dependência e exclusão por não dominarem a leitura e a escrita. A aprendizagem, quando desenvolvida de modo acolhedor e respeitoso, contribui para que esses sujeitos reconstruam sua confiança, sintam-se capazes de aprender e reconheçam sua própria trajetória como parte legítima do processo educativo.

Ferreiro (1999), ao discutir os processos de construção da escrita, demonstra que o sujeito participa ativamente da elaboração de hipóteses sobre o funcionamento do sistema alfabético. Essa contribuição é importante para a EJA porque ajuda a superar práticas baseadas exclusivamente na repetição mecânica. O estudante adulto também formula hipóteses, compara informações, constrói sentidos e aprende a partir das interações estabelecidas com os textos, com o professor e com os colegas.

Nesse sentido, alfabetizar jovens e adultos exige metodologias que dialoguem com a realidade social dos estudantes. Bilhetes, receitas, documentos, notícias, placas, mensagens de celular, formulários, poemas, cordéis, músicas, relatos de vida e situações do mundo do trabalho podem constituir materiais significativos para o ensino da leitura e da escrita. Quando o conteúdo escolar se aproxima da vida cotidiana, a aprendizagem tende a ganhar sentido e relevância social.

Assim, a alfabetização na EJA pode ser compreendida como instrumento de emancipação social. Ao dominar progressivamente a leitura e a escrita, o educando amplia suas possibilidades de comunicação, de acesso à informação, de inserção no mundo do trabalho e de participação nas decisões que afetam sua vida. Essa dimensão evidencia que a alfabetização é também uma questão de justiça social.

2.3 ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E PRÁTICAS SOCIAIS DE LEITURA E ESCRITA

As discussões contemporâneas sobre alfabetização destacam a importância de articular o domínio do sistema de escrita às práticas sociais de leitura e escrita. Nesse sentido, o conceito de letramento contribui para ampliar a compreensão do processo educativo, pois evidencia que ler e escrever não se resumem à decodificação de palavras, mas envolvem usos sociais, culturais e comunicativos da linguagem escrita.

Para Soares (2003), alfabetização e letramento são processos diferentes, mas complementares e indissociáveis. A alfabetização diz respeito à apropriação do sistema alfabético e ortográfico, enquanto o letramento refere-se à participação em práticas sociais mediadas pela leitura e pela escrita. Na EJA, essa articulação é indispensável, pois os estudantes necessitam aprender o sistema de escrita ao mesmo tempo em que compreendem suas funções sociais.

Kleiman (1995) também contribui para esse debate ao compreender o letramento como conjunto de práticas sociais que envolvem a escrita em diferentes contextos. Essa perspectiva permite reconhecer que muitos estudantes da EJA, mesmo antes de dominarem plenamente a escrita convencional, já participam de práticas letradas em seu cotidiano, como lidar com dinheiro, identificar ônibus, reconhecer marcas, acompanhar mensagens, interpretar símbolos e solicitar ajuda para resolver demandas burocráticas.

Desse modo, o trabalho pedagógico na EJA precisa valorizar os conhecimentos prévios dos estudantes e ampliar suas possibilidades de participação social. Alfabetizar letrando significa desenvolver atividades que envolvam textos reais, situações comunicativas concretas e reflexão sobre a língua em uso. Essa prática favorece uma aprendizagem mais significativa e contribui para que o estudante perceba a utilidade social da leitura e da escrita.

A articulação entre alfabetização e letramento também fortalece o vínculo entre escola e comunidade. Quando a leitura e a escrita são trabalhadas a partir das experiências dos educandos, o processo de aprendizagem torna-se mais próximo de suas necessidades concretas. Assim, a escola deixa de ser vista apenas como espaço de transmissão de conteúdos e passa a ser compreendida como ambiente de construção coletiva de saberes, cidadania e pertencimento.

2.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A alfabetização na EJA requer práticas pedagógicas inclusivas, dialógicas e contextualizadas. O professor precisa considerar que os estudantes apresentam diferentes ritmos de aprendizagem, histórias escolares interrompidas, inseguranças, responsabilidades familiares e jornadas de trabalho que interferem diretamente na permanência e no desempenho escolar. Por isso, o planejamento pedagógico deve ser flexível e sensível às condições concretas dos educandos.

Freire (1996) defende que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, disponibilidade para o diálogo e compromisso com a formação humana. Esses princípios são fundamentais na EJA, pois contribuem para a construção de uma relação pedagógica baseada na confiança, no acolhimento e no reconhecimento da dignidade dos estudantes. Uma prática autoritária, descontextualizada ou infantilizada pode reforçar sentimentos de incapacidade e afastar o educando da escola.

As práticas inclusivas também envolvem a seleção de materiais didáticos adequados. Textos com sentido social, atividades ligadas ao cotidiano, produção de relatos, rodas de conversa, leitura coletiva, escrita de nomes, listas, bilhetes, pequenos textos, cordéis e situações-problema podem favorecer a participação dos estudantes. O objetivo não é simplificar excessivamente o conhecimento, mas torná-lo acessível, significativo e respeitoso às trajetórias dos sujeitos.

Outro aspecto essencial é a valorização da oralidade. Muitos estudantes da EJA possuem amplo repertório de experiências, narrativas, memórias e conhecimentos que podem servir como base para a leitura e a escrita. A oralidade, nesse sentido, não deve ser vista como etapa inferior, mas como dimensão importante da linguagem e da construção do conhecimento. A partir da fala, do diálogo e dos relatos de vida, é possível desenvolver atividades de escrita com maior significado.

Portanto, práticas pedagógicas inclusivas na EJA são aquelas que reconhecem a diversidade dos estudantes, respeitam seus ritmos, dialogam com suas realidades e favorecem o desenvolvimento da autonomia. A alfabetização, quando orientada por esses princípios, contribui para a permanência escolar e para a construção de uma educação mais democrática e humanizadora.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, por compreender que os fenômenos educacionais relacionados à alfabetização na Educação de Jovens e Adultos necessitam ser analisados a partir das experiências, vivências e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos no processo educativo. A abordagem qualitativa permite compreender dimensões subjetivas, sociais e históricas presentes no cotidiano escolar, considerando as trajetórias dos estudantes e os sentidos que atribuem ao retorno à escola.

Quanto aos objetivos, o estudo possui caráter exploratório, uma vez que busca ampliar a compreensão sobre a alfabetização na EJA como instrumento de inclusão social, cidadania e garantia do direito à educação. Em relação aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em autores que discutem EJA, alfabetização, letramento, inclusão social e educação emancipadora, como Freire (1987, 1996), Arroyo (2017), Soares (2003), Ferreiro (1999), Kleiman (1995), Haddad e Di Pierro (2000), além de documentos legais relacionados ao direito à educação.

A pesquisa de campo foi desenvolvida no Colégio Municipal Ministro Apolônio Sales, localizado no município de São Lourenço da Mata, Pernambuco. A instituição pertence à rede pública municipal de ensino e atende estudantes da Educação de Jovens e Adultos em diferentes etapas da escolarização, incluindo turmas em processo de alfabetização. A escolha do campo ocorreu em razão da relevância da escola no atendimento a jovens e adultos trabalhadores e de sua inserção em um contexto social marcado por desafios educacionais e socioeconômicos.

Os participantes da pesquisa foram estudantes matriculados na modalidade EJA, especialmente aqueles em processo de alfabetização. Esses sujeitos apresentam trajetórias marcadas por interrupções escolares, dificuldades de permanência, experiências de trabalho, responsabilidades familiares e desejo de ampliar seus conhecimentos por meio da leitura e da escrita. Para preservar a identidade dos participantes, os depoimentos foram identificados por códigos, como Estudante 1 e Estudante 2, evitando a exposição de nomes ou informações pessoais.

Como instrumentos de produção de dados, utilizaram-se observação em sala de aula, entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionário e análise documental. A observação permitiu acompanhar as práticas pedagógicas desenvolvidas, a interação entre professores e estudantes, o envolvimento dos educandos nas atividades de alfabetização e os desafios

vivenciados no cotidiano escolar. As entrevistas buscaram compreender as experiências, dificuldades e expectativas dos estudantes em relação ao processo de alfabetização.

Entre as questões abordadas nas entrevistas, destacaram-se: os motivos que levaram os estudantes a retornar à escola; as dificuldades enfrentadas para permanecer estudando; as mudanças percebidas após o retorno aos estudos; a importância da alfabetização no cotidiano; a percepção sobre as aulas e práticas desenvolvidas na EJA; e os sonhos e objetivos relacionados à continuidade da escolarização.

O questionário foi composto por perguntas abertas e fechadas, com o objetivo de levantar informações sobre o perfil dos estudantes e suas experiências educacionais. Foram contemplados aspectos como faixa etária, tempo de afastamento da escola, motivos da interrupção dos estudos, motivações para o retorno, principais dificuldades enfrentadas no processo de alfabetização, importância da leitura e da escrita no cotidiano e avaliação das práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA.

A análise documental envolveu documentos institucionais, propostas pedagógicas e legislações relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, contribuindo para compreender as orientações legais e pedagógicas que fundamentam a modalidade. Os dados obtidos foram analisados qualitativamente, por meio da organização de eixos temáticos relacionados a trajetórias escolares, permanência, alfabetização, inclusão social, cidadania e práticas pedagógicas.

10

A pesquisa respeitou princípios éticos fundamentais, como a preservação da identidade dos participantes, o cuidado na utilização dos depoimentos e o compromisso de tratar os dados com finalidade exclusivamente acadêmica. Dessa forma, buscou-se compreender a alfabetização na EJA não apenas como processo escolar, mas como prática social vinculada à dignidade, à autonomia e ao exercício da cidadania.

4 RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os resultados obtidos por meio das observações, entrevistas, questionários e análise documental evidenciaram que a alfabetização na Educação de Jovens e Adultos representa importante instrumento de inclusão social, fortalecimento da cidadania e valorização pessoal dos educandos. A análise dos dados foi organizada em quatro eixos principais: trajetórias de exclusão escolar, motivos para o retorno à escola, desafios de permanência e contribuições da alfabetização para a autonomia e participação social.

No primeiro eixo, relacionado às trajetórias de exclusão escolar, verificou-se que os estudantes da EJA tiveram seus percursos educacionais interrompidos por fatores associados às desigualdades sociais. Entre os motivos mais recorrentes apareceram a necessidade de trabalhar desde cedo, as responsabilidades familiares, a dificuldade de acesso à escola e a ausência de condições materiais para continuidade dos estudos. Esses dados dialogam com Arroyo (2017), ao afirmar que os sujeitos da EJA carregam histórias marcadas por negação de direitos e por processos sociais de exclusão.

Muitos estudantes relataram que a interrupção escolar não ocorreu por falta de interesse, mas por imposições da vida cotidiana. A necessidade de contribuir com a renda familiar, cuidar de irmãos, filhos ou da casa e enfrentar dificuldades econômicas fez com que a escola fosse deixada em segundo plano. Esse aspecto revela que o fracasso escolar não pode ser atribuído individualmente aos educandos, pois está relacionado a condições sociais mais amplas e à insuficiência de políticas públicas de permanência.

No segundo eixo, referente aos motivos para o retorno à escola, observou-se que o desejo de aprender a ler e escrever apareceu como uma das principais motivações. Os estudantes demonstraram compreender a alfabetização como possibilidade de independência, reconhecimento e melhoria da qualidade de vida. Também foram mencionadas motivações relacionadas ao trabalho, à família, à participação religiosa, ao uso de tecnologias e à vontade de acompanhar os estudos dos filhos e netos.

11

Durante as entrevistas, alguns relatos evidenciaram a dimensão subjetiva e social da alfabetização. Um dos participantes afirmou: “Voltei a estudar porque quero aprender a ler as coisas sozinho e não depender mais das outras pessoas” (Estudante 1). Outro estudante destacou: “Hoje consigo escrever meu nome e ler algumas palavras. Isso me deixa muito feliz” (Estudante 2). Esses depoimentos revelam que a alfabetização contribui para o fortalecimento da autoestima e para a superação de sentimentos de dependência e insegurança.

Os relatos também demonstram que aprender a ler e escrever possui significado concreto na vida dos estudantes. A leitura de documentos, mensagens, placas, receitas, nomes de ruas, embalagens e informações relacionadas à saúde e ao trabalho foi apontada como uma necessidade cotidiana. Assim, a alfabetização assume caráter social e funcional, articulando-se ao conceito de letramento discutido por Soares (2003) e Kleiman (1995).

No terceiro eixo, relacionado aos desafios de permanência, os dados revelaram que muitos estudantes enfrentam dificuldades para conciliar estudo, trabalho e família. O cansaço

físico após a jornada de trabalho, as responsabilidades domésticas, problemas de saúde, insegurança diante da aprendizagem e dificuldades de transporte aparecem como fatores que interferem na frequência e no desempenho escolar. Essas condições contribuem para a evasão e exigem da escola estratégias de acolhimento e acompanhamento.

As observações em sala de aula evidenciaram que a permanência dos estudantes está fortemente relacionada ao modo como são recebidos e valorizados no ambiente escolar. Quando os educandos se sentem respeitados, ouvidos e encorajados, demonstram maior participação nas atividades. Por outro lado, experiências de vergonha, medo de errar ou comparação com estudantes mais avançados podem dificultar a aprendizagem e fragilizar o vínculo com a escola.

No quarto eixo, referente às contribuições da alfabetização para a autonomia e a cidadania, os resultados indicaram que o processo alfabetizador amplia as possibilidades de participação social dos estudantes. A aprendizagem da leitura e da escrita favorece maior segurança para resolver situações do cotidiano, acessar informações, expressar opiniões, participar de atividades comunitárias e fortalecer projetos pessoais. Nesse sentido, a alfabetização na EJA constitui uma prática de inclusão e emancipação.

As práticas pedagógicas observadas demonstraram maior potencial de aprendizagem quando articuladas à realidade dos estudantes. Atividades envolvendo nomes próprios, listas, bilhetes, textos curtos, relatos de vida, leitura coletiva, conversas sobre temas do cotidiano e produções escritas contextualizadas favoreceram o envolvimento da turma. Essas estratégias aproximaram o conteúdo escolar da vida dos educandos, tornando a alfabetização mais significativa.

Os resultados confirmam as contribuições de Freire (1987), ao defender que a alfabetização deve estar vinculada à leitura crítica da realidade e à valorização da experiência dos sujeitos. Também dialogam com Ferreiro (1999), ao reconhecer que o processo de aprendizagem da escrita envolve construção ativa do conhecimento, elaboração de hipóteses e interação com diferentes práticas de linguagem.

A análise evidencia, portanto, que a alfabetização na EJA não pode ser reduzida ao domínio técnico do sistema alfabético. Trata-se de um processo que envolve dimensões sociais, culturais, afetivas e políticas. O estudante que aprende a ler e escrever passa a ocupar novos lugares na família, no trabalho, na comunidade e na sociedade. Por isso, a alfabetização deve ser compreendida como direito social e como condição para o exercício pleno da cidadania.

Apesar das contribuições identificadas, a pesquisa também apontou a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à EJA. A garantia de professores formados, materiais adequados, horários compatíveis com a realidade dos trabalhadores, ações de busca ativa, acolhimento, acompanhamento pedagógico e valorização das práticas culturais dos estudantes são elementos fundamentais para reduzir a evasão e promover aprendizagem significativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar a alfabetização na Educação de Jovens e Adultos como instrumento de inclusão social, formação cidadã e efetivação do direito à educação. A partir das discussões teóricas e dos dados obtidos na pesquisa realizada em uma escola pública municipal de São Lourenço da Mata, Pernambuco, foi possível compreender que a alfabetização na EJA ultrapassa a aprendizagem da leitura e da escrita, constituindo-se como prática social, política e emancipadora.

As reflexões desenvolvidas evidenciaram que muitos estudantes da EJA tiveram seus percursos escolares interrompidos em decorrência de desigualdades socioeconômicas, necessidade de inserção precoce no trabalho, responsabilidades familiares e ausência de oportunidades educacionais. O retorno à escola representa, para esses sujeitos, uma possibilidade de reconstrução de trajetórias, fortalecimento da autoestima, conquista de autonomia e ampliação da participação social.

A pesquisa demonstrou que a alfabetização contribui significativamente para o exercício da cidadania, pois possibilita aos educandos maior acesso à informação, aos direitos sociais e às práticas cotidianas que envolvem leitura e escrita. Nesse sentido, a educação assume importante papel na promoção da inclusão social e na valorização humana dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

Os resultados também revelaram desafios ainda presentes nessa modalidade de ensino, como evasão escolar, dificuldades para conciliar trabalho, família e estudo, insegurança diante da aprendizagem e necessidade de práticas pedagógicas mais contextualizadas e inclusivas. Dessa forma, torna-se fundamental fortalecer políticas públicas educacionais voltadas à EJA, garantindo condições de acesso, permanência e aprendizagem significativa.

As observações realizadas durante a pesquisa evidenciaram que práticas pedagógicas dialogadas, acolhedoras e relacionadas à realidade dos educandos favorecem maior participação e envolvimento no processo de alfabetização. A valorização das experiências de vida dos

estudantes e a construção de metodologias humanizadas mostram-se essenciais para o fortalecimento da aprendizagem, da permanência escolar e da autonomia dos sujeitos.

As contribuições de Freire (1987, 1996), Arroyo (2017), Soares (2003), Ferreiro (1999), Kleiman (1995), Haddad e Di Pierro (2000), bem como os documentos legais que asseguram o direito à educação, reforçam a importância de compreender a alfabetização como prática de emancipação, inclusão social e construção da cidadania. Assim, alfabetizar jovens e adultos significa reconhecer histórias, reparar desigualdades e ampliar possibilidades de participação social.

Conclui-se, portanto, que a alfabetização na Educação de Jovens e Adultos representa importante instrumento de transformação social e garantia do direito à educação. Para que esse direito seja efetivado, é necessário investir em políticas públicas permanentes, formação docente, práticas pedagógicas contextualizadas e condições concretas de permanência escolar. Somente assim a EJA poderá cumprir sua função social de promover uma educação democrática, inclusiva e comprometida com a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. *Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa*. Petrópolis: Vozes, 2017.

14

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE/CEB, 2000a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE/CEB, 2000b.

FERREIRO, Emilia. *Reflexões sobre alfabetização*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000.

KLEIMAN, Angela B. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.